



ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE FÍSICA EXISTENTE NA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL, LOCALIZADA EM NOVO SOBRADINHO – TOLEDO – PARANÁ DE

MEDEIROS, Guilherme¹
BRESSAN, Rodrigo Techio²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo avaliar as condições de acessibilidade física da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e de seu pavilhão comunitário, situados na comunidade de Novo Sobradinho, município de Toledo-PR. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo de natureza descritiva e qualitativa, fundamentado nas diretrizes da NBR 9050 (ABNT, 2020) que estabelece critérios para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, medições com trena manual e a laser, registros fotográficos e aplicação de um formulário técnico de avaliação. Foram analisados elementos como acessos, rampas, circulações, sanitários, sinalização e estacionamento. Os resultados apontaram que as edificações apresentam nível satisfatório de acessibilidade, com aproximadamente 65% dos itens avaliados conformes ou parcialmente conformes à norma. Os principais pontos positivos foram a presença de rampas de acesso à igreja e ao palco, bem como corredores internos amplos. As não conformidades concentram-se na ausência de piso tátil e de sanitários acessíveis. Conclui-se que as edificações podem ser totalmente adequadas com intervenções simples com o projeto de acessibilidade proposto, promovendo a inclusão e o uso universal dos espaços religiosos.

Palavras-chave: acessibilidade; NBR 9050; inclusão; edificações religiosas; engenharia civil.

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito fundamental garantido por lei e indispensável à promoção da cidadania, da inclusão social e da igualdade de condições de participação na sociedade (BRASIL, 2015). Em espaços de uso coletivo, como instituições religiosas, assegurar o acesso a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas ou mobilidade reduzida, é uma exigência ética, social e legal. Contudo, muitos templos religiosos ainda não oferecem as condições mínimas de acessibilidade determinadas pelas normas técnicas, limitando a vivência plena de seus frequentadores e, em muitos casos, impedindo que parte da comunidade exerça sua liberdade de culto com dignidade e autonomia (SILVA, 2022).

¹Discente, Curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Assis Gurgacz, Cascavel - PR. E-mail: gmedeiros@minha.fag.edu.br

² Docente, Mestre, Engenheiro Civil, Centro Universitário Assis Gurgacz, Cascavel - PR.



A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo o direito de ir e vir e o acesso aos espaços públicos e privados de uso coletivo (BRASIL, 1988). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a obrigatoriedade de condições adequadas de acessibilidade em todas as edificações como forma de garantir a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade (BRASIL, 2015).

Entre os principais referenciais normativos para avaliação técnica da acessibilidade está a NBR 9050 (ABNT, 2020), da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que estabelece critérios e parâmetros técnicos para o projeto, construção, instalação e adaptação de edificações e mobiliários urbanos. Essa norma define as dimensões mínimas, inclinações, sinalizações e demais elementos necessários para garantir a circulação segura e autônoma de pessoas com mobilidade reduzida, cadeirantes, idosos, entre outros (ABNT, 2020).

As edificações religiosas, por seu papel social e comunitário, devem ser exemplos de inclusão, promovendo o acesso pleno e digno a todas as pessoas, independentemente de suas limitações. No entanto, muitas dessas construções ainda carecem de adaptações, o que reforça a importância de estudos como este para promover o diagnóstico da situação atual e apontar caminhos viáveis de adequação conforme os parâmetros legais e normativos (RODRIGUES, 2024; BATISTA PIONEIRA, 2025).

Atualmente, observa-se que, apesar dos avanços legislativos e normativos, a acessibilidade ainda não é plenamente efetivada em muitos espaços públicos e privados de uso coletivo. Embora exista uma crescente conscientização social sobre a importância da inclusão, muitos ambientes ainda apresentam barreiras físicas e estruturais que dificultam, ou impedem, o acesso de pessoas com deficiência (GOULART, 2020).

Em diversos casos, a acessibilidade é negligenciada por profissionais e gestores, seja por falta de conhecimento técnico, seja por ausência de fiscalização ou prioridade nos projetos (RODRIGUES, 2024).

Em relação às edificações públicas, nota-se que há uma preocupação cada vez maior com a aplicação das normas de acessibilidade, porém, nem sempre essas diretrizes são cumpridas integralmente na prática, especialmente em prédios mais antigos, que carecem de



adaptações (INVISIBLE COLLEGE, 2025). Esse cenário revela a necessidade de diagnósticos técnicos e propostas de adequação, como forma de garantir o direito de todos à participação plena e segura nos diversos espaços da sociedade.

Diante desse cenário, o presente trabalho analisa a acessibilidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), localizada em Novo Sobradinho, município de Toledo, Paraná. A escolha do tema se justifica pela relevância da inclusão nos espaços religiosos, muitas vezes negligenciada, e pela necessidade de adequação às normas que garantem segurança, conforto e autonomia a todos os usuários (SILVA, 2022).

A pesquisa será conduzida por meio de estudo de campo, com inspeção visual in loco durante os períodos matutino e vespertino. Os dados serão coletados por meio de observação direta e registros fotográficos detalhados, possibilitando a verificação dos elementos arquitetônicos presentes na edificação. A análise se limitará à estrutura física da igreja e seu pavilhão, não sendo realizados ensaios laboratoriais, mas sim a observação direta, identificação das inconformidades e sugestão de adequações (AUTOR, 2025).

Dessa forma, a questão central que norteia esta pesquisa é: A Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Novo Sobradinho oferece condições adequadas de acessibilidade física, de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020)?

Com base nas informações apresentadas, define-se como objetivo geral deste trabalho: Analisar a acessibilidade física existente na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em Novo Sobradinho – Toledo – Paraná, com base na NBR 9050 (ABNT, 2020).

Destaca-se que, para o pleno desenvolvimento deste trabalho científico, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os elementos arquitetônicos relacionados à acessibilidade presentes na edificação;
- b) Verificar as conformidades e não conformidades com a NBR 9050 (ABNT, 2020);
- c) Elaborar um projeto arquitetônico com soluções técnicas para a regularização do espaço analisado.



2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Conceito de acessibilidade

A acessibilidade pode ser entendida como o conjunto de condições que permitem o uso, com segurança e autonomia, de espaços, edificações, mobiliários, equipamentos e serviços por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida. Trata-se de um conceito que ultrapassa a simples eliminação de barreiras físicas, abrangendo também aspectos sensoriais, cognitivos e comunicacionais (BRASIL, 2015).

No contexto da engenharia civil e da arquitetura, a acessibilidade está diretamente relacionada ao desenho universal, princípio que busca criar ambientes e produtos que possam ser utilizados pelo maior número possível de pessoas, sem a necessidade de adaptações futuras. De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020), um espaço é considerado acessível quando possibilita circulação livre, comunicação eficaz e utilização segura por qualquer indivíduo, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais.

Além de ser um direito garantido por lei, a acessibilidade é uma condição essencial para o exercício da cidadania e da inclusão social. Promover ambientes acessíveis significa eliminar barreiras que impedem o convívio pleno das pessoas, assegurando que todos possam usufruir dos mesmos espaços, bens e serviços com igualdade de oportunidades. Assim, o tema não deve ser tratado como uma obrigação legal, mas como uma responsabilidade ética e técnica do profissional de engenharia, comprometido com o bem-estar coletivo e o cumprimento das normas vigentes.

2.2 Marco legal e normas técnicas aplicáveis

No Brasil, a acessibilidade é regulamentada por um conjunto de leis, decretos e normas técnicas que orientam o planejamento e a execução de obras e serviços. Entre os principais instrumentos legais e normativos, destacam-se a Constituição Federal de 1988, que assegura a igualdade de todos perante a lei e o direito de ir e vir, estabelecendo as bases para políticas de inclusão social, a Lei nº 10.098/2000, que estabelece critérios gerais e normas básicas para a



promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em edificações, espaços públicos e transportes, o decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.098/2000, define prazos e responsabilidades para o cumprimento das normas técnicas, a lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que reforça a obrigatoriedade de condições adequadas de acessibilidade em espaços de uso público e privado de uso coletivo e a ABNT NBR 9050:2020, norma técnica de referência, que define parâmetros e critérios para o projeto, construção e adaptação de edificações, mobiliários e equipamentos urbanos.

A NBR 9050 é o principal documento técnico utilizado na avaliação de acessibilidade física. Essa define dimensões mínimas de circulação, inclinações máximas de rampas, alturas e posicionamento de mobiliários, parâmetros de sinalização tátil e visual, além de diretrizes para sanitários adaptados e áreas de estacionamento.

Segundo Rodrigues *et al.* (2024), a aplicação da NBR 9050 garante não apenas o cumprimento legal, mas também melhoria na segurança e conforto dos usuários, além de agregar valor técnico e social às edificações. Assim, a observância desses parâmetros é imprescindível em projetos de reforma e adequação de espaços coletivos, como igrejas, escolas e centros comunitários.

2.3 Acessibilidade em edificações religiosas

Os espaços religiosos desempenham papel social significativo, funcionando não apenas como locais de culto, mas também, como centros comunitários e culturais. Em muitas comunidades, a igreja é o principal ponto de encontro, acolhimento e convivência social. Por isso, garantir a acessibilidade nesses ambientes é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de participação.

Contudo, grande parte dos templos religiosos brasileiros foi construída antes da existência das normas de acessibilidade e, por isso, não contempla rampas, corrimãos, banheiros adaptados, sinalização tátil ou adequação das dimensões internas (SILVA, 2022). Esses obstáculos podem impedir ou dificultar o acesso de pessoas com deficiência física, idosos, gestantes e outras com mobilidade reduzida, comprometendo a vivência plena de sua fé e o convívio social.



De acordo com Goulart (2020), as edificações religiosas devem ser vistas como espaços de acolhimento universal e a falta de acessibilidade configura exclusão social. Assim, torna-se essencial adaptar os edifícios existentes e garantir que novos projetos respeitem os princípios do desenho universal.

A acessibilidade nesses locais deve abranger desde o estacionamento e entrada principal até o salão de cultos, sanitários, pavilhões e espaços de convivência, garantindo que todas as pessoas possam circular e participar dos eventos com autonomia e segurança.

Além das barreiras físicas, deve-se também eliminar barreiras atitudinais e comunicacionais, promovendo o uso de recursos visuais e sonoros, como intérpretes de Libras, legendas e placas em Braille, quando aplicável. A adequação de templos religiosos é, portanto, um compromisso com o respeito à dignidade humana e aos princípios de igualdade e solidariedade que fundamentam a fé cristã (BATISTA PIONEIRA, 2025).

2.4 Parâmetros técnicos e requisitos de acessibilidade

A NBR 9050 (ABNT, 2020) é a principal referência técnica utilizada em avaliações e projetos de adequação arquitetônica. Ela estabelece critérios específicos que permitem a análise detalhada das condições de acessibilidade, entre os quais se destacam:

- a) Rotas acessíveis: devem possuir piso regular, firme, contínuo e antiderrapante, com largura mínima de 1,20 m. Os desniveis devem ser vencidos por rampas, plataformas ou elevadores.
- b) Rampas e escadas: a inclinação máxima da rampa varia conforme seu comprimento, sendo obrigatória a instalação de corrimões e guarda-corpos em ambos os lados. Degraus devem ter alturas uniformes e sinalização de alerta visual e tátil.
- c) Portas e passagens: a largura mínima para passagem deve ser de 0,80 m, com maçanetas tipo alavanca e abertura no sentido da saída.
- d) Sanitários acessíveis: devem possuir barras de apoio, área de manobra para cadeira de rodas (1,50 m de diâmetro livre), lavatório suspenso e espelho rebaixado.
- e) Estacionamento: no mínimo 2% das vagas devem ser reservadas a pessoas com deficiência, localizadas próximas à entrada e devidamente sinalizadas.



- f) Sinalização tátil e visual: o piso tátil deve estar presente nas rotas acessíveis, nas mudanças de direção e nas áreas de alerta. As sinalizações visuais devem ter contraste adequado e fontes legíveis.

Esses parâmetros constituem a base do checklist técnico utilizado em vistorias e estudos de caso, sendo aplicados neste trabalho para avaliar as condições existentes na igreja estudada. A observância rigorosa desses requisitos garante funcionalidade, segurança e conforto o que torna o ambiente inclusivo e adequado ao uso coletivo.

2.5 Desafios para implementação da acessibilidade

A adequação de edificações religiosas às normas de acessibilidade enfrenta desafios práticos e estruturais. Um dos principais entraves está no fato de que muitas igrejas são edificações antigas, construídas com materiais e dimensões que não permitem reformas simples. Além disso, o custo das adaptações pode representar uma barreira significativa para comunidades pequenas, que dependem de doações para manutenção dos templos.

Outro obstáculo é a falta de conhecimento técnico por parte dos responsáveis pelos espaços que, muitas vezes, desconhecem a legislação, ou acreditam que adaptações são inviáveis. Conforme observa Rodrigues et al. (2024), é essencial que os engenheiros civis e arquitetos atuem como agentes de conscientização, apresentando soluções viáveis, de baixo custo e compatíveis com a realidade local. Entre as estratégias que podem ser adotadas estão:

- a) Priorizar rotas principais de acesso, garantindo que ao menos a entrada e o salão de cultos sejam plenamente acessíveis;
- b) Adotar soluções modulares e reversíveis, como rampas metálicas desmontáveis, corrimãos adaptáveis e sinalização adesiva;
- c) Capacitar a comunidade local para compreender a importância da inclusão e apoiar as intervenções necessárias;
- d) Buscar apoio público ou parcerias, por meio de editais municipais ou estaduais voltados à acessibilidade em espaços comunitários.



Essas ações permitem conciliar os aspectos econômicos e funcionais das adaptações, demonstrando que a acessibilidade é viável mesmo em contextos simples, desde que haja planejamento técnico e sensibilidade social.

2.6 Considerações finais da revisão

Com base nas referências estudadas, observa-se que a acessibilidade não deve ser tratada apenas como um cumprimento normativo, mas como uma expressão de respeito à diversidade humana. A aplicação correta das normas, especialmente da NBR 9050, promove a integração de todos os usuários e reforça o papel social das edificações religiosas como espaços de acolhimento e convivência.

Além disso, os estudos e as legislações demonstram que a engenharia civil tem papel essencial na transformação dos espaços, cabendo ao profissional projetar, orientar e fiscalizar construções que respeitem as dimensões da inclusão e da segurança. Assim, a revisão bibliográfica fundamenta a análise técnica apresentada neste trabalho, que visa identificar conformidades e não conformidades na Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Novo Sobradinho – Toledo – PR, propondo soluções compatíveis com as exigências legais e as necessidades da comunidade local.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de campo de natureza descritiva e qualitativa, cujo objetivo foi analisar as condições de acessibilidade física existentes na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), situada na comunidade de Novo Sobradinho, no município de Toledo – Paraná.

Segundo Gil (2019), estudos descritivos têm como propósito observar, registrar e analisar fenômenos sem manipulá-los, descrevendo suas características e correlações. Assim, esta pesquisa buscou identificar e classificar os elementos construtivos da edificação quanto à conformidade com os critérios de acessibilidade definidos na NBR 9050 (ABNT, 2020).



O método qualitativo foi adotado por permitir uma análise aprofundada das condições físicas da edificação, levando em consideração aspectos arquitetônicos, funcionais e de uso cotidiano dos espaços, permitindo compreender o nível de acessibilidade existente e apontar possibilidades de adequação.

3.2 Local da pesquisa

O estudo foi desenvolvido na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e em seu pavilhão comunitário, ambos localizados na comunidade de Novo Sobradinho, em Toledo-PR.

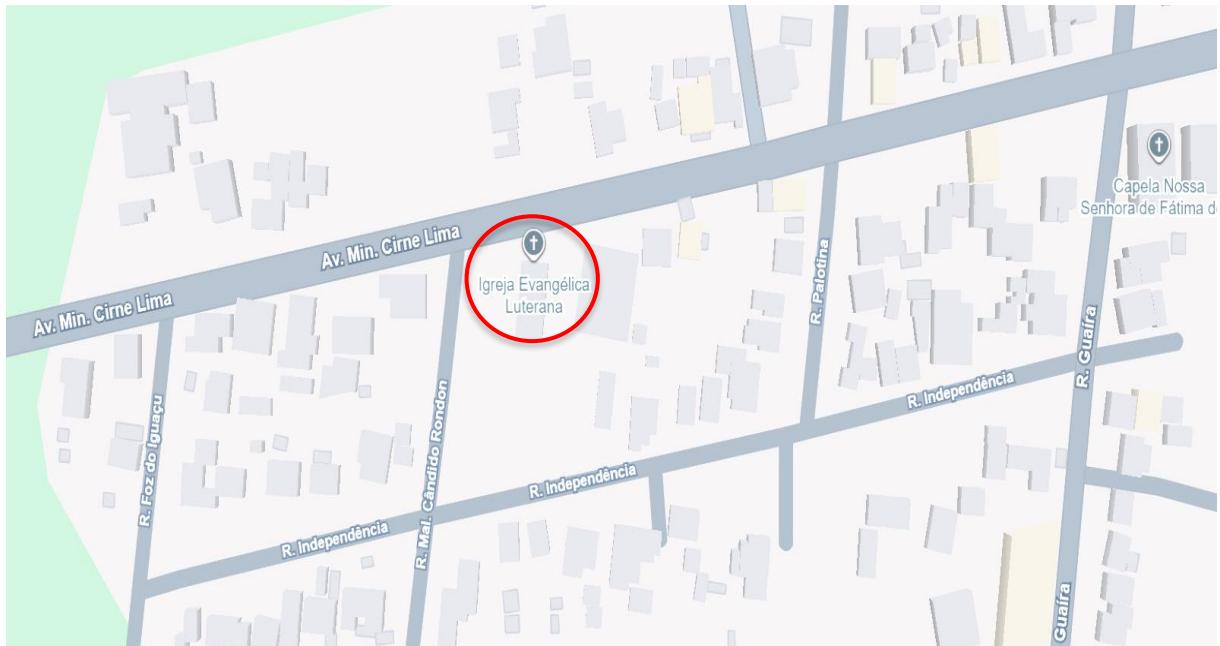
A igreja possui dimensões de 22,44 metros de comprimento por 10,70 metros de testada, composta por duas fileiras de bancos, um palco principal destinado às celebrações e, na parte posterior, uma despensa e um banheiro.

O pavilhão comunitário, anexo à igreja, apresenta 19,27 metros de testada por 29,77 metros de comprimento, abrigando um salão principal de eventos, um palco, uma copa e uma cozinha, além de dois banheiros, um masculino e outro feminino.

As edificações, construídas há várias décadas, não passaram por reformas estruturais voltadas à acessibilidade, o que justifica a necessidade de diagnóstico técnico para verificar as condições atuais frente às exigências normativas da ABNT NBR 9050 (2020).

O levantamento foi realizado no primeiro e segundo semestre de 2025, durante o período diurno (manhã e tarde), considerando as condições reais de uso, iluminação natural e circulação dos usuários.

Figura 1: Mapa com a localização da igreja.



Fonte: Google Maps (2025).

3.3 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta *in loco*, acompanhada de registros fotográficos e medições físicas dos ambientes internos e externos das edificações. Esse tipo de abordagem permite identificar de forma prática as barreiras arquitetônicas existentes e as condições de circulação, sem interferir no funcionamento normal do local (MARCONI; LAKATOS, 2018).

Para a obtenção das medidas, foram utilizados instrumentos simples e de precisão adequada ao porte da edificação, sendo esses:

Trena manual metálica de 5 metros, para medições pontuais de elementos construtivos;

Trena a laser, para medições de distâncias e dimensões gerais da igreja e do pavilhão.

Não foi utilizado nível de bolha ou equipamento topográfico, visto que o estudo se concentrou na verificação dimensional e espacial, e não na aferição de cotas altimétricas ou nivelamento.

Durante a vistoria, foi utilizado um formulário de avaliação técnica de acessibilidade conforme é apresentado na figura 2, elaborado com base nos principais critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020). O formulário continha campos destinados à observação e classificação de itens como:



- a) acessos e rampas;
- b) escadas e corrimãos;
- c) portas e circulações;
- d) sanitários;
- e) mobiliário e equipamentos;
- f) sinalização tátil e visual;
- g) áreas de estacionamento.

As observações foram realizadas de forma visual e dimensional, e cada item foi classificado em duas categorias: conforme ou não conforme, de acordo com os parâmetros técnicos da norma.

Figura 2: Modelo do formulário de avaliação técnica de acessibilidade.

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO			
Elemento Avaliado	Conforme NBR 9050?	Descrição da Situação Atual	Comentários / Observações
Rampa de acesso	() Sim () Não		
Corrimãos (altura, extensão, apoio)	() Sim () Não		
Escadas (dimensões, sinalização)	() Sim () Não		
Piso tátil (direcional/alerta)	() Sim () Não		
Portas (largura mínima $\geq 0,80\text{ m}$)	() Sim () Não		
Sanitário acessível	() Sim () Não		
Espaço de circulação interno	() Sim () Não		
Estacionamento acessível	() Sim () Não		
Sinalização visual/tátil/sonora	() Sim () Não		
Altura de mobiliários (bebedouro, púlpito, etc.)	() Sim () Não		
Elemento Avaliado	Crítérios da NBR 9050 (ABNT, 2020)		
Rampa de acesso	Inclinação máxima de 12,5%, largura mínima de 1,20 m, piso antiderrapante, corrimãos duplos, patamar a cada 9 m.		
Corrimãos (altura, extensão, apoio)	Alturas: 0,92 m (superior), 0,70 m (inferior), prolongamento de 30 cm, afastamento da parede: 4 cm.		
Escadas (dimensões, sinalização)	Espelho: 16–18 cm, piso: mínimo 28 cm, sinalização visual no primeiro/último degrau, corrimãos nos dois lados.		
Piso tátil (direcional/alerta)	Alerta em escadas/rampas; direcional em áreas amplas, altura do relevo 3–5 mm, contraste visual com o piso.		
Portas (largura mínima $\geq 0,80\text{ m}$)	Largura mínima de 0,80 m, maçanetas tipo alavanca (0,90 a 1,10 m), altura mínima de 2,10 m, espaço de manobra.		
Sanitário acessível	Área livre de 1,50 x 1,50 m, barras laterais e traseira, vaso a 43–45 cm, lavatório até 0,80 m com espaço inferior.		
Espaço de circulação interno	Corredores de 1,20 m, manobras com 1,50 x 1,50 m, pisos firmes e sem desniveis.		
Estacionamento acessível	2% das vagas, largura 2,40 m + faixa de 1,20 m, sinalização horizontal e vertical.		
Sinalização visual/tátil/sonora	Sinalização visual com contraste, tátil em braille/relevo, altura entre 1,20 m e 1,60 m.		
Altura de mobiliários (bebedouro, púlpito, etc.)	Altura de 0,75–0,85 m, acesso frontal livre, púlpito com rampa se elevado, comandos acessíveis.		

Fonte: Autor (2025).



Todos os registros e medições foram organizados em planilhas eletrônicas, permitindo o agrupamento dos dados por categoria e a posterior análise comparativa com os critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020).

3.4 Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados por meio de comparação direta entre as condições observadas e os parâmetros técnicos estabelecidos na NBR 9050 (ABNT, 2020). Cada ambiente da edificação foi avaliado quanto à sua conformidade com os requisitos normativos, resultando em uma classificação geral da acessibilidade do conjunto edificado.

As informações foram apresentadas em tabelas e gráficos, que sintetizam os níveis de conformidade, facilitando a visualização dos pontos críticos.

Os resultados foram interpretados à luz da literatura técnica e das legislações vigentes, buscando identificar as principais barreiras arquitetônicas e propor soluções técnicas viáveis de adequação, respeitando a funcionalidade e o uso comunitário das edificações religiosas.

3.5 Aspectos éticos e limitações da pesquisa

A pesquisa foi conduzida de acordo com os princípios éticos aplicáveis a estudos técnicos e científicos, sem envolvimento direto de seres humanos ou coleta de dados pessoais. As observações se limitaram às condições físicas das edificações e ao levantamento de informações visuais e dimensionais, garantindo a confidencialidade e o respeito ao patrimônio da instituição.

Como limitações, destaca-se a ausência de medições topográficas com nível de precisão, visto que não foram utilizados instrumentos de nivelamento, restringindo a análise aos aspectos horizontais e dimensionais.

Além disso, não foram aplicados questionários ou entrevistas com usuários, o que poderia complementar a percepção de usabilidade dos espaços. Ainda assim, o método adotado forneceu dados técnicos suficientes para elaborar um diagnóstico confiável e embasado da acessibilidade da igreja e de seu pavilhão.



3.6 Síntese da metodologia aplicada

A metodologia aplicada neste estudo foi organizada nas seguintes etapas principais:

- a) Levantamento bibliográfico e normativo, contemplando legislações e normas relacionadas à acessibilidade, com ênfase na NBR 9050 (ABNT, 2020);
- b) Vistoria técnica *in loco*, com observação direta e registro fotográfico da igreja e do pavilhão comunitário;
- c) Medição dimensionais com trena manual e a laser, para verificação das dimensões dos principais elementos arquitetônicos;
- d) Preenchimento do formulário técnico, com identificação e classificação das conformidades e não conformidades;
- e) Tabulação e análise comparativa dos dados, confrontando as informações obtidas com os critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020);

Esse conjunto de procedimentos possibilitou o mapeamento completo das condições de acessibilidade das edificações estudadas, servindo de base para a proposição de melhorias que garantam a inclusão e o uso pleno dos espaços por todos os usuários.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Apresentação dos resultados

Com base nas observações realizadas durante a vistoria técnica *in loco* na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e em seu pavilhão comunitário, foram analisadas as condições de acessibilidade física existentes, conforme os parâmetros definidos pela NBR 9050 (ABNT, 2020).

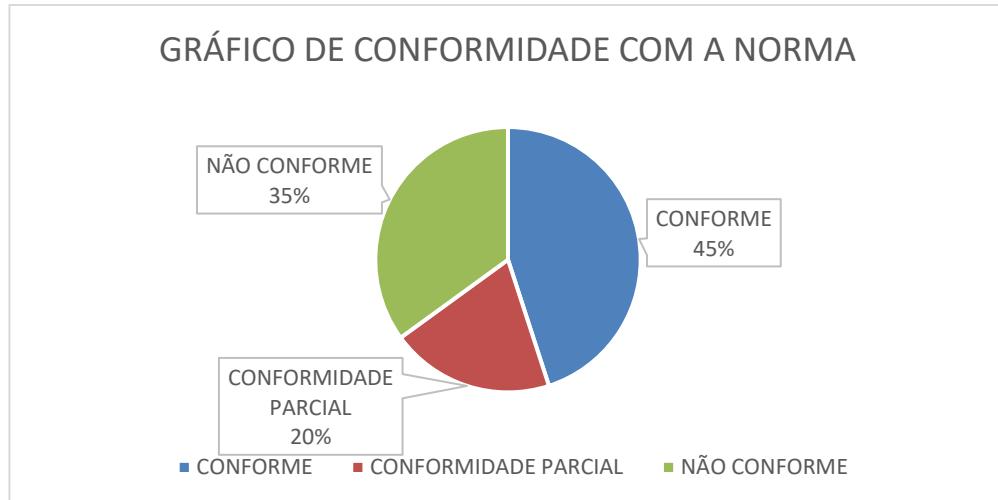
Os dados foram organizados em planilhas e analisados comparativamente em relação aos critérios técnicos da NBR 9050 (ABNT, 2020). Cada item foi classificado como conforme, parcialmente conforme ou não conforme.

De forma geral, verificou-se que as edificações analisadas atendem parcialmente às exigências normativas, apresentando boas condições de circulação e acesso, mas com carências



pontuais na sinalização e adequações internas. Aproximadamente 65% dos itens avaliados foram classificados como conformes ou parcialmente conformes, como é demonstrado no Gráfico 1, o que demonstra um nível razoável de acessibilidade física.

Gráfico 1: Conformidade dos itens avaliados com a NBR.



Fonte: Autor (2025).

Tabela 1: Classificação dos itens e suas conformidades.

Classificação	Quantidade de Itens	Percentual
Itens conformes (rampas, corredores, portas e iluminação)	9	45%
Itens Parcialmente Conformes (escadas, altura de maçanetas e interruptores, circulação)	4	20%
Itens não conformes (estacionamento, sinalização, sanitário da igreja)	7	35%
Total	20	100%

Fonte: Autor (2025).

Com base nas observações realizadas durante o levantamento de campo, foi elaborada uma tabela de classificação dos itens avaliados segundo os critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020). Cada elemento construtivo como rampas, circulações, portas, sanitários, sinalizações e estacionamento foi classificado em “conforme”, “parcialmente conforme” ou “não conforme”, de acordo com o grau de atendimento às exigências normativas.

A análise dos dados revelou que 45% dos itens avaliados encontram-se em conformidade total, 20% atendem parcialmente aos requisitos e 35% não atendem às exigências



mínimas de acessibilidade. A soma dos itens “conformes” e “parcialmente conformes” representa 65% de adequação geral, indicando um nível satisfatório de acessibilidade nas edificações analisadas.

Esses resultados podem ser visualizados na tabela 1, que apresenta o percentual de conformidades segundo a NBR 9050 (ABNT, 2020). Apesar de ainda existirem pontos de melhoria principalmente nos sanitários e na sinalização tátil, as rampas e circulações internas já atendem plenamente às normas, representando um avanço significativo em relação às condições observadas em edificações religiosas de mesmo porte.

A partir dessa análise, foi possível identificar prioridades de intervenção, direcionando as propostas de adequação apresentadas na seção seguinte.

4.2 Acessos e rotas externas

O acesso principal à igreja é feito por meio de uma rampa construída entre a via pública e a calçada, como nos mostra a Figura 3, que garante a transição suave entre os níveis. Essa rampa apresenta largura e inclinação adequadas para o uso de cadeirantes, atendendo ao previsto pela NBR 9050 (ABNT, 2020).

Figura 3: Acesso frontal através de rampa para a igreja.



Fonte: Autor (2025).

Da calçada até a entrada principal, segue a rampa de acesso à igreja, igualmente funcional, que elimina a necessidade de degraus na entrada e assegura o deslocamento



autônomo de pessoas com mobilidade reduzida. Apresenta piso regular e antiderrapante, embora sem sinalização tátil direcional ou de alerta, o que ainda configura uma não conformidade parcial.

O percurso entre o estacionamento e a entrada principal do pavilhão também ocorre em piso regular, sem desníveis significativos, mas não conta com demarcação de rota acessível ou piso tátil, o que dificulta a orientação de pessoas com deficiência visual.

Apesar dessa limitação, as rampas presentes garantem a continuidade da rota acessível, atendendo aos critérios dimensionais e de funcionalidade da norma técnica.

A Figura 4 nos mostra como é a entrada do pavilhão atualmente, contando com uma rampa lateral e degraus de concreto.

Figura 4: Acesso ao pavilhão.



Fonte: Autor (2025).



4.3 Circulações internas e dimensões dos ambientes

No interior da igreja, observou-se boa organização espacial e corredores amplos, o que facilita a circulação dos usuários. O corredor central possui largura média de 1,50 metro, superior à largura mínima exigida de 1,20 metro pela NBR 9050 (ABNT, 2020), permitindo deslocamento seguro e confortável de cadeirantes, idosos e demais usuários.

As duas fileiras de bancos estão dispostas de maneira simétrica, mantendo rotas livres laterais e centralizadas. A circulação interna pode ser considerada acessível, visto que não foram encontrados obstáculos fixos ou desníveis entre o piso e os elementos de uso coletivo.

O palco principal, destinado às celebrações, conta com rampa lateral de acesso, permitindo que pessoas com mobilidade reduzida alcancem a área elevada. A inclinação da rampa é compatível com a recomendação da NBR 9050 para rampas curtas (máxima de 8,33%), e seu piso é antiderrapante.

Essa solução representa um ponto positivo, uma vez que muitas edificações religiosas ainda mantêm degraus sem alternativa acessível.

No pavilhão comunitário, os corredores e circulações internas também apresentam larguras adequadas, sem obstáculos ou desníveis, permitindo o trânsito de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A principal deficiência observada nessa etapa refere-se à ausência de sinalização tátil e visual, que ainda impede o uso autônomo por pessoas com deficiência visual.

4.4 Sanitários e áreas de uso comum

Na igreja, há um banheiro localizado nos fundos, de dimensões reduzidas, como é mostrado na Figura 3, sem barras de apoio e sem área de manobra suficiente para cadeira de rodas. O lavatório é fixo e não permite aproximação frontal, e a porta apresenta largura inferior ao mínimo exigido. Essas condições tornam o ambiente inacessível segundo os critérios da NBR 9050 (ABNT, 2020).



Figura 5: Banheiro localizado nos fundos da igreja.



Fonte: Autor (2025).

O pavilhão comunitário dispõe de dois banheiros, masculino e feminino, ambos em boas condições de conservação, porém sem adaptações para usuários com deficiência física. Nenhum deles possui barras de apoio, espelho rebaixado, área de manobra ou sinalização específica. A adequação desses espaços requer intervenções físicas, como ampliação do vão de porta, redistribuição interna e instalação dos acessórios normativos.

4.5 Estacionamento e sinalização

O estacionamento localizado nas imediações da igreja e do pavilhão não apresenta vagas demarcadas para pessoas com deficiência.



De acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020), ao menos 2% das vagas, sendo no mínimo uma, devem ser reservadas a esse público, localizadas próximas ao acesso principal e devidamente sinalizadas com o símbolo internacional de acesso.

Atualmente, as vagas são de uso geral e não possuem diferenciação de piso, pintura ou sinalização vertical. Recomenda-se a implantação imediata de ao menos uma vaga reservada e sinalizada, além de garantir o percurso nivelado entre o estacionamento e a entrada da edificação.

4.6 Análise geral das conformidades

O formulário de avaliação técnica de acessibilidade sintetizou a avaliação geral das condições de acessibilidade observadas. De acordo com os dados obtidos:

- a) Aproximadamente 65% dos itens avaliados foram classificados como conformes ou parcialmente conformes;
- b) 35% dos itens apresentaram não conformidades, concentradas nos sanitários, na ausência de sinalização tátil e na falta de vagas reservadas;
- c) As rampas e circulações internas apresentam conformidade total com a NBR 9050 (ABNT, 2020), destacando-se como os pontos fortes da edificação;
- d) As estruturas principais estão bem conservadas, favorecendo futuras adequações simples e de baixo custo.

Esses resultados demonstram um nível satisfatório de acessibilidade arquitetônica, especialmente considerando a idade das edificações e a ausência de reformas recentes. A presença de rampas e de corredores amplos indica preocupação da comunidade local com a inclusão e a adaptação do espaço às necessidades atuais.

Os principais aspectos positivos observados incluem:

- a) A presença de rampas de acesso da via pública à calçada e da calçada à entrada da igreja;
- b) Rampa lateral de acesso ao palco principal, possibilitando a participação plena de pessoas com mobilidade reduzida;
- c) Circulação interna ampla, com corredor central de 1,50 metro, que atende plenamente às exigências normativas;



- d) Bom estado geral de conservação das edificações, o que favorece intervenções simples e eficazes.

4.7 Discussões e propostas de adequação

Os resultados obtidos demonstram que a igreja e o pavilhão comunitário já apresentam avanços significativos em acessibilidade física, especialmente nas rotas de acesso e circulação interna. Entretanto, ainda há pontos críticos que comprometem a acessibilidade plena, principalmente relacionados à sinalização e aos sanitários.

Conforme ressaltam Silva (2022) e Rodrigues *et al.* (2024), a acessibilidade deve ser compreendida como um processo contínuo de aprimoramento, e não apenas como o cumprimento mínimo de exigências legais. Dessa forma, as melhorias sugeridas a seguir têm caráter complementar e preventivo:

1. Implantação de piso tátil direcional e de alerta nas rotas principais, conectando o acesso externo, o salão, o palco e os sanitários;
2. Adequação de ao menos um banheiro do pavilhão para acessibilidade total, com barras de apoio, área de manobra de 1,50 m e porta de 0,80 m de largura;
3. Criação de vaga de estacionamento acessível, próxima à entrada principal, com sinalização horizontal e vertical;
4. Instalação de placas informativas e pictogramas com contraste visual e altura padronizada, conforme a NBR 9050 (ABNT, 2020).

Essas medidas são tecnicamente simples e financeiramente viáveis, podendo ser executadas sem descharacterizar o conjunto arquitetônico existente. Além disso, reforçam o compromisso da instituição religiosa com a inclusão e o respeito às diferenças.

4.8 Considerações finais dos resultados

A análise técnica demonstrou que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana em Novo Sobradinho – Toledo - PR e seu pavilhão comunitário apresentam bom nível de acessibilidade física, especialmente nas rotas de acesso e nas circulações internas.



As rampas de entrada e de acesso ao palco atendem às exigências da NBR 9050 (ABNT, 2020), garantindo mobilidade autônoma.

As principais deficiências identificadas relacionadas à sinalização tátil e à adaptação dos sanitários podem ser facilmente solucionadas por meio de intervenções simples e de baixo custo. Com essas melhorias, as edificações alcançarão conformidade plena com as normas técnicas, promovendo o uso inclusivo e reforçando o papel social da igreja como espaço de integração e convivência comunitária.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo avaliar as condições de acessibilidade física da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e de seu pavilhão comunitário, localizados na comunidade de Novo Sobradinho, em Toledo - PR, à luz das diretrizes estabelecidas pela NBR 9050 (ABNT, 2020).

A partir do levantamento de campo, realizado por meio de observação direta, medições com trena manual e a laser, registros fotográficos e aplicação de um formulário técnico de avaliação, foi possível identificar e analisar os principais elementos arquitetônicos das edificações e classificá-los quanto à conformidade com a norma técnica.

Os resultados obtidos revelaram que as edificações apresentam nível satisfatório de acessibilidade, com 65% dos itens avaliados classificados como conformes ou parcialmente conformes.

Por outro lado, foram constatadas não conformidades relacionadas à ausência de piso tátil direcional e de alerta, inexistência de sanitários acessíveis e falta de sinalização adequada nos espaços de uso coletivo e nas áreas de estacionamento.

Essas deficiências, embora relevantes, são tecnicamente corrigíveis e não comprometem a estrutura geral do edifício, possibilitando sua adequação com intervenções de baixo custo e rápida execução.

Dessa forma, o estudo demonstrou que é plenamente viável adequar a igreja e seu pavilhão comunitário às normas de acessibilidade, assegurando o direito de uso autônomo e seguro a todos os frequentadores, inclusive pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além de atender às exigências legais e normativas, a implementação dessas medidas reforça o papel



social da Engenharia Civil, que vai além da concepção de edificações, abrangendo também a promoção da inclusão e da qualidade de vida por meio de soluções técnicas responsáveis e acessíveis.

Conclui-se, portanto, que o diagnóstico elaborado neste trabalho fornece uma base sólida para futuras intervenções arquitetônicas e urbanísticas, podendo subsidiar projetos de adequação não apenas nesta edificação, mas também, em outros espaços religiosos ou comunitários que enfrentam desafios semelhantes.

A adoção das propostas apresentadas garantirá o cumprimento das normas técnicas, o fortalecimento da cidadania e a valorização do patrimônio edificado, promovendo a acessibilidade universal como princípio fundamental do ambiente construído.



REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050 (2020). **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020.

BATISTA PIONEIRA. **O desafio da inclusão na Igreja.** Disponível em: <https://www.batistapioneira.edu.br/o-desafio-da-inclusao-na-igreja/>. Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/lei/l13146.htm. Acesso em: nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOULART, Ricardo Antônio; LIMA, Fernanda Souza. **Acessibilidade e desenho universal: fundamentos e aplicações na engenharia civil.** São Paulo: Érica, 2021.

INVISIBLE COLLEGE. **Acessibilidade e integração no culto público.** Disponível em: <https://theinvisiblecollege.com.br/acessibilidade-e-integracao-no-culto/>. Acesso em: abr. 2025.

RASCHE, Ottmar Arnaldo. **Os primeiros 50 anos de Novo Sobradinho-PR.** Novo Sobradinho, 2017. Acesso em nov. 2025.

RODRIGUES, Djeine Pinheiro; BRAZ JUNIOR, Giraldo Moraes; MEDEIROS, Ingrid Marcellly Brito; ADVINCULA, Ivana Clotilde Rizzi; NÓBREGA, Josley Maycon de Sousa; CASTRO, Paula Almeida de. **Igreja, acessibilidade e inclusão: desafios e quebra de paradigmas.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO, 2024.



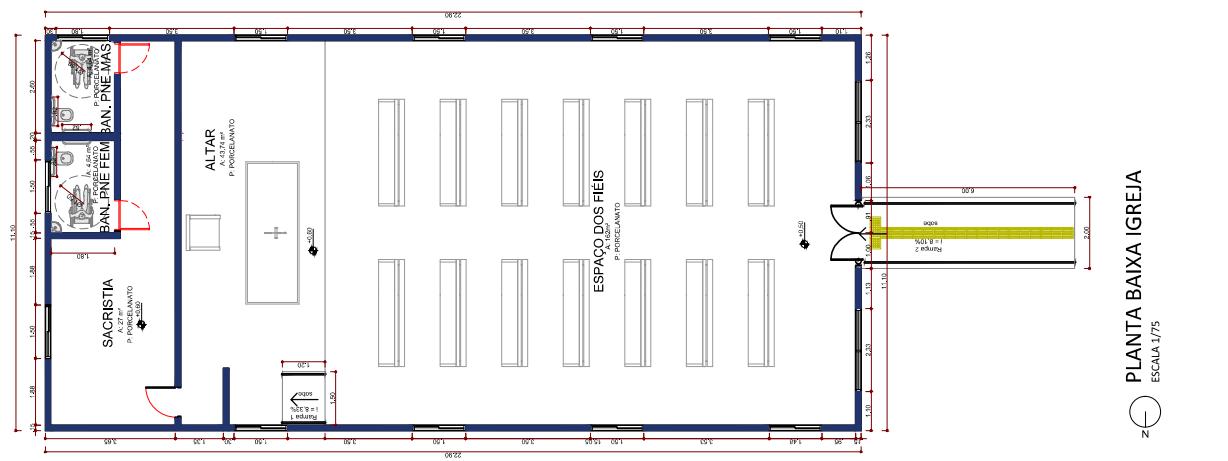
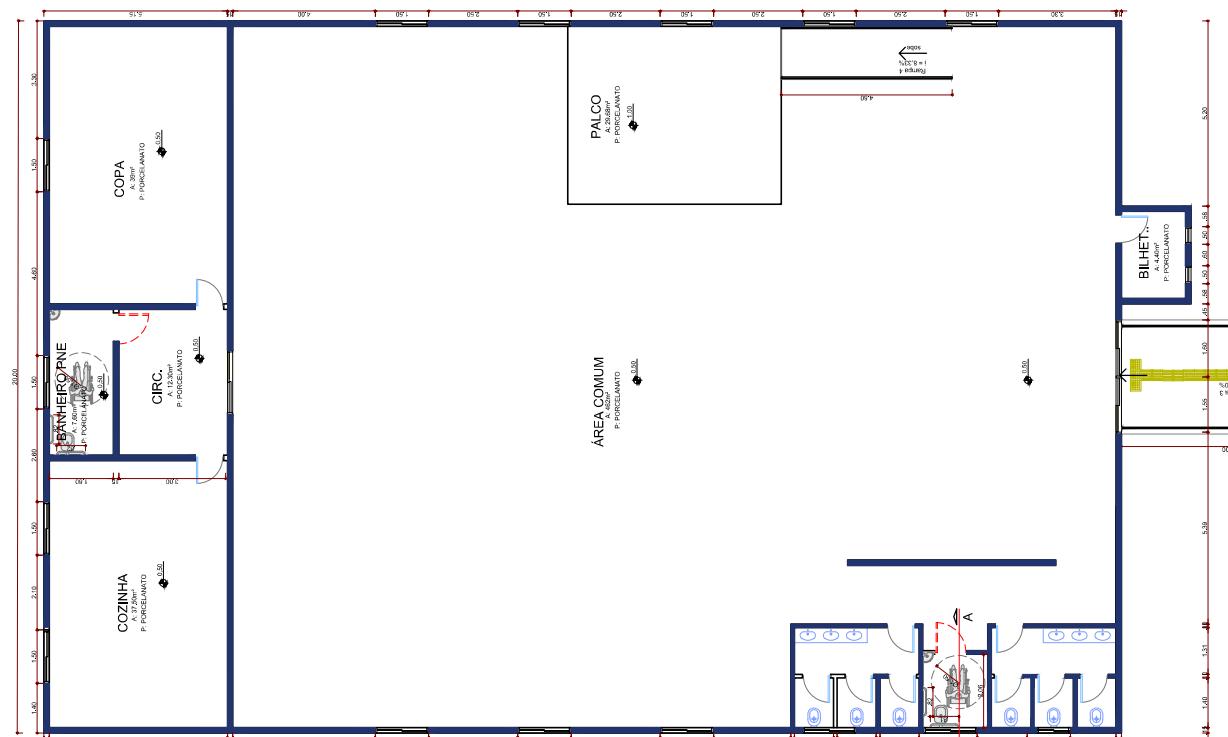
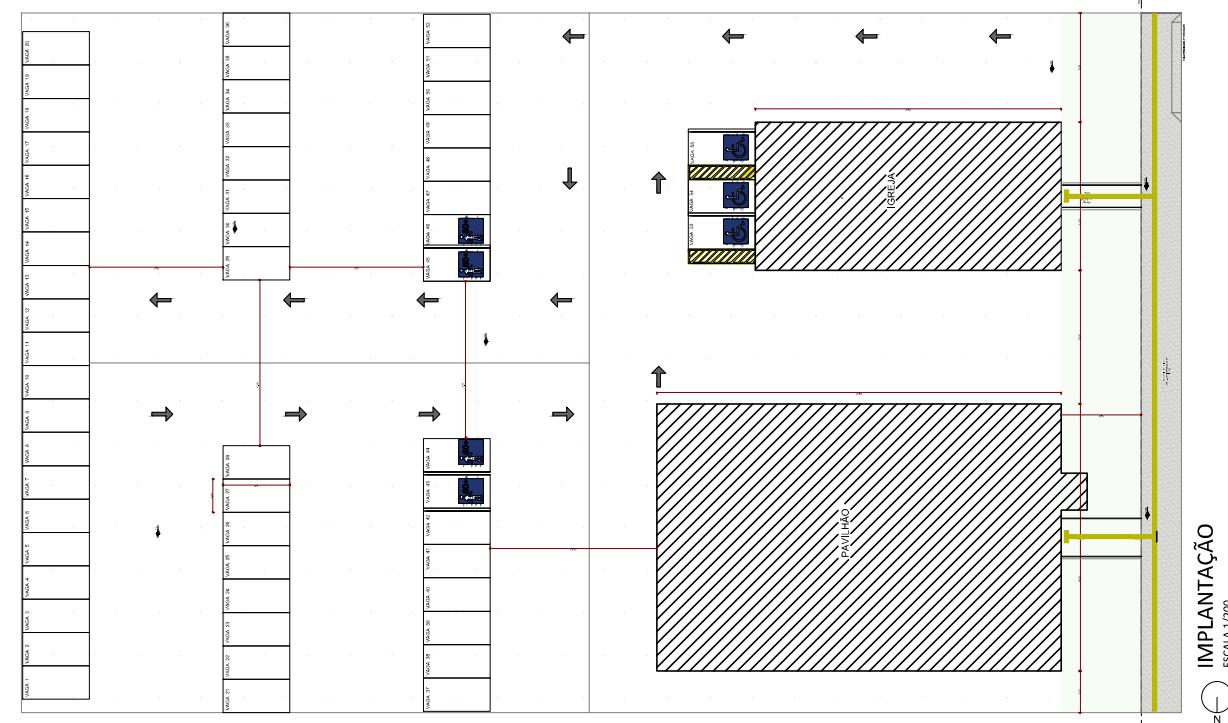
Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108354>. Acesso em: abr. 2025.

SILVA, João Pedro da. **Adequações arquitetônicas e acessibilidade em espaços coletivos: uma abordagem técnica.** Curitiba, 2022.

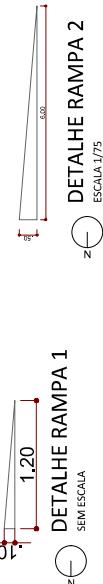
1/2

DETALHE RAMPAS 3
DETALHE RAMPAS 4
DETALHE RAMPAS 1
DETALHE RAMPAS 2

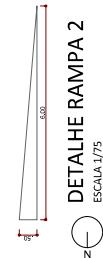
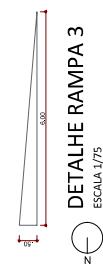
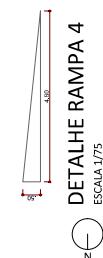
DETALHE RAMPAS 3
DETALHE RAMPAS 4
DETALHE RAMPAS 1
DETALHE RAMPAS 2



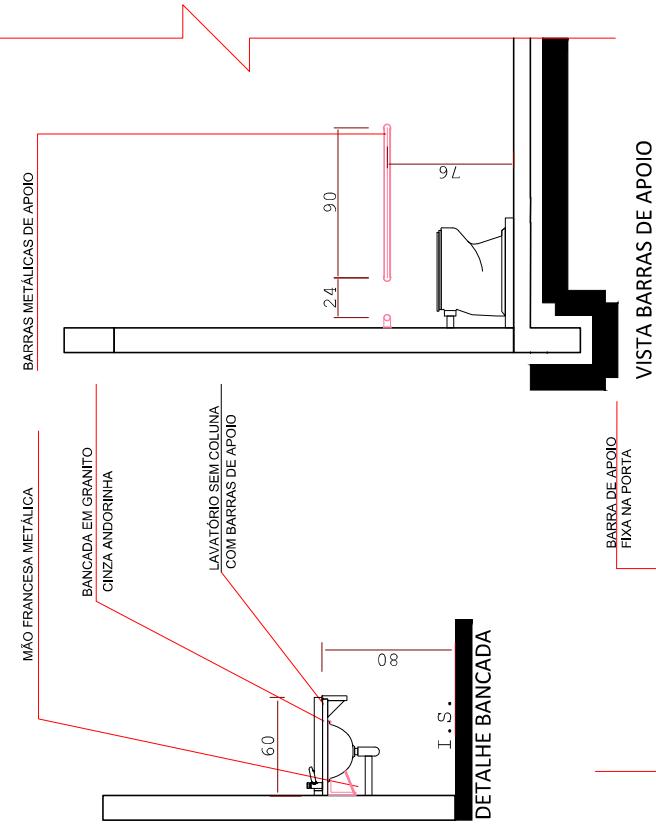
DETALHE RAMPA 1
SEM ESCALA



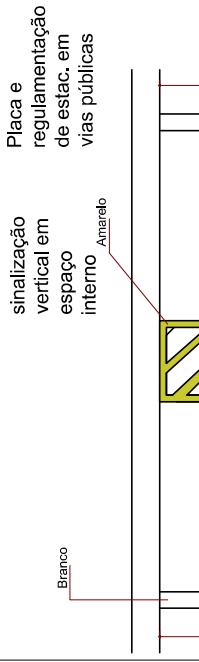
DETALHE RAMPA 3
DETALHE RAMPA 4
DETALHE RAMPA 1
DETALHE RAMPA 2



DETALHE - BANHEIRO PNE



DETALHE - VAGAS PCD



DETALHE - VAGA IDOSO

